



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 83

SEGUNDA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	5829
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	5835
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	5836
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	5904
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	5921
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	5922

Supremo Tribunal Federal

Presidência

ÍNDICE DE ADVOGADOS

CELSO M OLIVEIRA 1 0000731-9/600
REGINALDO OSCAR DE CASTRO 1 0000393-1/190

DISTRIBUIÇÃO

QUADRAGESIMA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1992. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

HC 0069414-4/130 RJ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
IMPTE. : ANATOLE ARRAES
COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACTE. : FRANCISCO RICARDO CHAVES ARAUJO
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

RCL 0000393-1/190 RS
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
RECLTE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV. : REGINALDO OSCAR DE CASTRO
RECLDO. : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DISTRIBUIDO POR PREVENÇÃO

USUÁRIO

A Imprensa Nacional está engajada no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, implantado pelo Governo Federal.

Dê sua sugestão para que possamos oferecer-lhe um melhor serviço.

Imprensa Nacional — Divisão Comercial — SIG — Quadra 06, Lote 800
Brasília — DF — CEP: 70604

ADIN 0000726-2/600 SP
RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD
REOTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO

ADIN 0000727-1/600 PB
RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD
REOTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIÃO

ADIN 0000728-9/600 CE
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
REOTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIÃO

ADIN 0000729-7/600 AM
RELATOR : MIN. NERI DA SILVEIRA
REOTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIÃO

ADIN 0000730-1/600 PR
RELATOR : MIN. ILMAR GALVAO
REOTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REODO. : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIÃO

ADIN 0000731-9/600 DF
RELATOR : MIN. ILMAR GALVAO
REOTE. : FENAL-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AGENTES LOTÉRICOS
ADV. : CELSO M OLIVEIRA E OUTRO
REODO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. MOREIRA ALVES		1		1
MIN. NERI DA SILVEIRA		1		1
MIN. PAULO BROSSARD		2		2
MIN. CELSO DE MELLO		1		1
MIN. MARCO AURELIO		1		1
MIN. ILMAR GALVAO		2		2
T O T A L		8		8

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE DOBEL BARRETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASÍLIA, 29 DE ABRIL DE 1992.

MINISTRO SYDNEY SANCHES
PRESIDENTE

Plenário

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 17 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno, para julgamento a partir da próxima sessão, contendo o seguinte processo:

APn 303-1 - DF

Rel.: Min. Paulo Brossard. Revisor: Min. Sepúlveda Pertence. Autor: Jutahy Borges Magalhães (Advs.: Raymundo Faoro e outro, Pedro Milton de Brito e José Roberto de Sant'Anna). Acusado: Antonio Carlos Magalhães (Advs.: José Gomes Santos Cruz e Itana Badaró).

Brasília, 30 de abril de 1992.

LUIZ TOMIMATSU
Secretário

SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da 10ª (décima) sessão ordinária, realizada em 22 de abril de 1992.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Octavio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio e Ilmar Galvão.

Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Néri da Silveira e Celso de Mello.

Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva, substituto.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

Reclamação nº 366-3 - PR

Rel.: Min. Moreira Alves. Recltes.: Antônio Stellato e outros (Adv.: Assis Correa). Recldo.: Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal julgou improcedente a reclamação. Votou o Presidente. Plenário, 22.04.92.

Extr. nº 477-8 - SUIÇA - Questão de Ordem.

Rel.: Ministro Paulo Brossard. Repte.: Governo da Suíça. Extrdo.: Paolo Petrucci. (Adv.: Sérgio de Rego Macedo).

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal, resolvendo questão de ordem, cassou o habeas corpus deferido pelo Tribunal Federal de Recursos e julgou prejudicado o pedido de extradição. Votou o Presidente. Plenário, 22-04-92.

ADIn nº 691-6 - TO - medida liminar

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Repte. Partido Democrata Cristão - PDC (Adv.: Cláudio Carlos da Cruz Plácido). Reqdo.: Governador do Estado de Tocantins.

Decisão: Por unanimidade de votos, o Tribunal deferiu medida cautelar para suspender a eficácia dos art. 2º e 8º da Lei Estadual nº 374, publicada no Diário da Assembleia nº 290, de 18 de março de 1992, em que se converteu a Medida Provisória nº 120, de 07 de fevereiro de 1992. Votou o Presidente. Plenário, 22.04.92.

MS nº 21.357-4 - BA

Rel.: Min. Marco Aurélio. Impte.: German Baqueiro Duran (Adv.: Jorge Messias Borba Fróes). Impdo.: Presidente da República. Litisconsorte Passivo: Hermano Augusto Palmeira Machado (Adv.: Pedro Gordilho).

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal rejeitou preliminar de ilegitimidade ativa ad causam, vencidos os Ministros Relator e Ilmar Galvão, que a acolhião; e, por unanimidade, rejeitou a preliminar relativa à falta de interesse de agir. No mérito, após o voto do Relator, deferindo o Mandado de Segurança, pediu vista dos autos o Min. Ilmar Galvão. Falou pelo Litisconsorte Passivo, o Dr. Pedro Gordilho. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 12.02.92.

Decisão: Depois do voto do Ministro Relator, deferindo o Mandado de Segurança, e do Ministro Ilmar Galvão, indeferindo-o, pediu vista dos autos o Ministro Carlos Velloso. Ausentes, justificadamente.

mente, os Ministros Sydney Sanches, Presidente, Moreira Alves e Célio Borja. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva. Plenário, 27.03.92.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal deferiu o Mandado de Segurança, vencidos os Ministros Ilmar Galvão, Carlos Velloso e Paulo Brossard, que o indeferiam. Votou o Presidente. Plenário, 22.04.92.

MS nº 21.443-1 - DF

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Impte: Jabes Pinto Rabelo (Adv.: Valmor Santos Giavarina). Impda.: Câmara dos Deputados.

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal indeferiu o mandado de segurança. Votou o Presidente. Falou pelo impetrante o Dr. Valmor Santos Giavarina. Plenário, 22.04.92.

Brasília, 24 de abril de 1992.

LUIZ TOMIMATSU

Secretário

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da 16ª (décima sexta) sessão extraordinária, realizada em 23 de abril de 1992.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Octavio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio e Ilmar Galvão.

Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Néri da Silveira e Celso de Mello.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, Luiz Tomimatsu.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

ADIn 176-1 - MT

Rel.: Min. Marco Aurélio. Repte.: Procurador-Geral da República. Reqda.: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Decisão: Após os votos do Relator e do Ministro Ilmar Galvão, julgando improcedente a ação, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista formulado pelo Ministro Carlos Velloso. Plenário, 23.04.92.

MI 211-8 - DF

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Reptes.: Amália de Jesus Amaral e outras (Adv.: João Rodrigues Arruda). Reqdo.: Presidente da República.

Decisão: Após o voto do Ministro Relator deferindo o mandado de injunção, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Ministro Ilmar Galvão. Plenário, 01.07.91.

Decisão: Após os votos dos Ministros Relator e Ilmar Galvão deferindo o mandado de injunção, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Ministro Célio Borja. Plenário, 07.08.91.

Decisão: Apresentado o feito em Mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 09.10.91.

Decisão: Após os votos dos Ministros Relator e Ilmar Galvão, deferindo o mandado de injunção para os fins neles referidos, e do Ministro Célio Borja, deferindo-o em maior extensão, pediu vista dos autos o Ministro Moreira Alves. Ausentes, justificadamente, os Ministros Paulo Brossard, Carlos Velloso e Ilmar Galvão. Plenário, 25.10.91.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Plenário, 23.04.92.

ACOr 416-1 - DF

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Autor: Banco do Estado do Pará S/A (Adv.: Ubirajara Ferreira e Silva e outros). Ré: União Federal.

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Célio Borja e Paulo Brossard. Plenário, 19.12.91.

Decisão: Retirado de pauta por indicação do Ministro Relator. Plenário, 23.04.92.

QUEIXA-CRIME 427-8 - DF - questão de ordem

Rel.: Min. Moreira Alves. Qrlte.: Francisco Waldir Pires de Souza, que também assina Waldir Pires (Adv.: Evandro Lins e Silva e outro). Qrlido.: Antônio Carlos Peixoto Magalhães, que também assina Antônio Carlos Magalhães (Adv.: Itana Badaró e outros).

Decisão: Após o voto do Ministro Relator, declarando a incompetência do Supremo Tribunal Federal e determinando a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça, pediu vista dos autos o Ministro Ilmar Galvão. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 25.03.92.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União
JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 70.800,00	Cr\$ 18.000,00	Cr\$ 64.300,00	Cr\$ 71.800,00	Cr\$ 113.600,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 32.208,00	Cr\$ 15.972,00	Cr\$ 28.380,00	Cr\$ 32.208,00	Cr\$ 58.344,00
Aéreo	Cr\$ 89.430,00	Cr\$ 44.220,00	Cr\$ 89.430,00	Cr\$ 89.430,00	Cr\$ 162.030,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DIVOM

Telefone: (061) 226-6812

Horário: 7:30 às 19:00 horas

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL Nº 48.137/92.6Requerente: **BANCO REAL S/A.**Advogado : **Dr. Ivan Gomes Pereira.**Requerida : **PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO.**

BANCO REAL S/A apresentou reclamação correicional contra ato da PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, nos autos da reclamação trabalhista nº 239/90, na qual figura como Reclamado.

Alega o Requerente que a MM. 3ª JCY de Campinas - TRT da 15ª Região - deixou de conhecer dos embargos à execução por ele opostos, julgando-os intempestivos.

Disse que, inconformado com tal decisão, agravou de petição dentro do prazo e nos termos previstos no Art. 884, § 3º, da CLT.

Todavia, de forma inusitada e contrária aos termos dos Arts. 463 e 471, do CPC, a MM. 3ª JCY acabou por julgar novamente os embargos à execução em prejuízo do agravado, já protocolizado.

Irresignado com esta nova sentença, o Requerente pediu a remessa dos autos ao TRT, como agravado de petição, para o exame das razões dos embargos à execução e do agravado de petição, ou então que fosse recebida como medida correicional.

O Eg. TRT, porém, não conheceu do agravado de petição (fls. 38/39), o que levou o Banco, ora Requerente, a interpor embargos de declaração que, através de acórdão de sua 1ª Turma, não conheceu do referido agravado, julgando-o prejudicado, razão pela qual o Banco opôs embargos declaratórios que foram conhecidos e rejeitados.

Requer, afinal, o Requerente que sejam tomadas as medidas correicionais cabíveis, vez que o tumulto gerado resultou em prejuízo processual e cerceamento de defesa, com a conseqüente anulação dos atos praticados após a interposição de seu agravado regimental.

O Requerido apresentou as informações solicitadas dentro do prazo regimental de 05 (cinco) dias, conforme se constata do Ofício nº 01/92 - TRT 15ª Região, ratificando os atos processuais narrados pelo Requerente, mas esclarecendo que a Eg. Turma deixou de conhecer de seu agravado regimental pela ausência da lesividade, pois a decisão de 1º grau contra a qual fora interposto tinha sido reconsiderada pela MM. Junta. Presta, ainda, alguns esclarecimentos no sentido de corroborar seu entendimento de que a matéria não comporta a medida correicional, mas talvez a punição do Requerente pela litigância de má-fé.

É o relatório

DECISÃO:

Conforme se vê às fls. 25/26, o Requerente pediu à 3ª JCY de Campinas que seu agravado de petição, interposto contra despacho que não conhecera de seus embargos à execução por intempestivos, fosse remetido ao TRT para julgamento, ou que, se assim não entendesse a MM. JCY, fossem remetidos os autos à Corregedoria, recebendo-se sua petição como correição parcial.

O referido agravado foi remetido ao TRT e não conhecido por ser tido como prejudicado face à reconsideração do despacho que não conhecera dos citados embargos à execução (fls. 38). O Requerente ajuizou então embargos declaratórios, alegando omissão porque seu agravado não foi julgado no mérito (fls. 42). Tais embargos foram desprovidos (fls. 44/46).

Em suma, alega o Requerente atentado à boa ordem processual porque o acórdão de fls. 38, da Eg. Turma Requerida, não conheceu de seu agravado ao fundamento de não ter havido nenhum prejuízo para o Agravante, ora Requerente, eis que o despacho agravado fora reconsiderado.

Tal decisão foi proferida a 10/12/91 e publicada no D.O.E. de São Paulo de 18/02/92 (fls. 40).

A presente reclamação correicional só foi ajuizada a 07/04/92, ou seja, mais de 02 (dois) meses após a sua ciência do ato atacado.

Ora, o prazo para reclamar correicionalmente contra ato atentatório à boa ordem processual é de apenas 05 (cinco) dias, ex vi do disposto no Art. 9º, do Regimento Interno desta Corregedoria Geral. Sendo assim, decaiu o Requerente de seu direito de ajuizar a presente reclamação.

Extingo, pois, o processo, com julgamento do mérito, a teor do Art. 269, inciso IV, do CPC.

Remetam-se cópias desta decisão ao Requerente e à Requerida.

Publique-se.

Brasília, 28 de abril de 1992.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Corregedor Geral

Superior Tribunal Militar**Diretoria Judiciária****SALA DAS SESSÕES****ATA DA 33ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e dois, às dezoito horas e vinte minutos, em audiência pública, realizada no Gabinete da Presidência, na presença de ANTONIO ALVES CRISPIM,

Vice-Diretor da Diretoria Judiciária, no impedimento do Diretor, de AMELIA OLIVEIRA DE ANDRADE CARVALHO, Supervisora da Seção de Processo Judiciário, de ERNESTO GUSTAVO SCHILD, Secretário-Geral da Presidência do STM, por S Exa o Gen Ex HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, foram distribuídos, por sorteio, os seguintes processos:

HABEAS CORPUS

32.839-4-PA - Paciente: JONEFLAN DOS SANTOS SILVA, Conscrito, pede a concessão da Ordem para que seja anulado o Termo de Insubmissão. Impetrante: ADÃO PANTOJA DE MARIA - TC QMB QEMA - Cmt do 239.B Log Sl. RELATOR: Min Ten Brig do Ar Cherubim Rosa Filho.

QUESTÃO ADMINISTRATIVA

251-8-DF - O Exmº Sr Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, submete ao reexame do Plenário deste Tribunal a decisão constante da Questão Administrativa nº 249-6. RELATOR: Min Dr Eduardo Pires Gonçalves.

RESUMO GERAL**MINISTROS**

Min CHERUBIM ROSA FILHO
Min EDUARDO PIRES GONÇALVES

**DISTRIBUIÇÃO
RELATOR REVISOR**

01 --
01 --

Total Geral 02 ==

As dezoito horas e vinte e cinco minutos, não havendo mais processos a distribuir, foi encerrada a audiência, do que, para constar, eu (ERNESTO GUSTAVO SCHILD), Secretário-Geral da Presidência do STM, lavrei a presente Ata.

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 22ª SESSÃO, EM 23 DE ABRIL DE 1992 - QUINTA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Presentes os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Paulo César Cataldo, Raphael de Azevedo Branco, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Cherubim Rosa Filho, Antônio Carlos de Nogueira, Eduardo Pires Gonçalves e José do Cabo Teixeira de Carvalho.

Ausentes os Ministros Everaldo de Oliveira Reis e Wilberto Luiz Lima.

Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr Milton Menezes da Costa Filho.

Secretária do Tribunal Pleno, Drª Suely Mattos de Alencar.

Abriu-se a Sessão às 13:30 horas, sendo lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os processos:

- **APELAÇÃO 46.260-0 - RJ** - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro Cherubim Rosa Filho. **APELANTES:** CARLOS MAGNO NOGUEIRA, civil, condenado a 22 anos e 04 meses de reclusão, incurso no art 242, § 2º, incisos I e IV, e § 3º; e FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA, civil, condenado a 15 anos de reclusão, incurso no art 242, § 3º, c/c o art 53, tudo do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 14.08.90. Advs Drs Antonio Carlos Jevoux, Fernando Gil Coutinho Cardoso e Hélio Albernaz Santos.- **POR UNANIMIDADE**, foi dado provimento parcial ao apelo de CARLOS MAGNO NOGUEIRA para, reformando a Sentença a quo, reduzir a pena que lhe foi imposta a 20 anos e 04 meses de reclusão, e negado provimento ao recurso de FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA, fixando-se o regime fechado para o cumprimento inicial da pena para ambos os apelantes, de acordo com o art 33, § 2º, alínea "a", do Código Penal, c/c o art 110 da Lei nº 7.210/84, determinando-se a remessa de cópias dos documentos de fls 697/721 ao Exmº Sr Procurador-Geral da Justiça Militar, para as providências que S Exª julgar cabíveis.

- **ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO 10-7 - RJ** - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. JOÃO CAVALCANTE ALBUQUERQUE, Ten Cel Aer, e JOSÉ ROBERTO ASSAD, Ten Cel R/R Ex, arguem suspeição do Exmº Sr Juiz-Auditor da 1ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª CJM, para funcionar nos autos do Processo nº 02/91-3. Advs Drs Nélito Roberto Seidl Machado e Lino Machado Filho.- **POR UNANIMIDADE**, foi rejeitada, por improcedente, a preliminar suscitada pelo excepto e, **NO MÉRITO, POR MAIORIA**, não acolhida a presente exceção, contra os votos dos Ministros GEORGE BELHAM DA MOTTA, PAULO CÉSAR CATALDO, JORGE JOSÉ DE CARVALHO, ALDO FAGUNDES e ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA que dela não conheciam. (Na forma do art 79, parágrafo único do RI, usou da palavra o Advogado, Dr Lino Machado Filho para, como preliminar, deduzir matéria de natureza constitucional. O Ministro-Presidente, usando da atribuição conferida pelo art 11, inciso XI, do RI, decidiu não conceder a palavra à Defesa para sustentação oral de suas razões, na conformidade do art 75 do citado Regimento, sob a fundamentação que passa a integrar os autos).

- **APELAÇÃO 46.602-0 - RS** - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** ANDRÉ LUIZ LEIVAS GONÇALVES, Sd Ex, condenado a 04 meses de prisão, incurso no art 187, c/c o art 189, inciso I, in fine, tudo do CPM, com o direito de apelar em liberdade, sendo-lhe concedido, ainda, o indulto por decisão da Exmª Srª Juíza-Auditora, de 09.12.91. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 3ª CJM, de 27.11.91. Advs Drs Benedita Marina da Silva e Lúcia Helena de Brito Queruz.- **POR UNANIMIDADE**, foi rejeitada a preliminar suscitada pelo MP e, **NO MÉRITO**, negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.586-3 - AM** - Relator Ministro Aldo Fagundes. Revisor Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 30.10.91, que absolveu os 32 Sgts Mar AILSON GOES DA SILVA e ALINOR PRAXEDES LIMA CAM-

PDS, do crime previsto no art 210, § 1º, do CPM. Advs Drs João Thomas Luchsinger e Benedito de Jesus Pereira Tavares. (SESSÃO SECRETA).

- **HABEAS CORPUS 32.834-3 - RJ** - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. **PACIENTE:** MARCOS EVANDRO DE ARAÚJO, 3º Sgt Ex, preso, respondendo a processo perante a 1ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, alegando constrangimento ilegal por parte do Conselho Permanente de Justiça do mencionado Juízo; pede a concessão da ordem para que possa responder ao processo em liberdade. Impetrante: Drª Clarice do Nascimento Costa. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal conheceu do pedido e concedeu a ordem para que o Paciente seja colocado em liberdade, se por outro motivo não estiver preso.

- **APELAÇÃO 46.626-8 - MS** - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. **APELANTES:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 9ª CJM e GERSON SOUZA BRASIL, Sd Ex, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art 187, do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 9ª CJM, de 22.01.92. Advs Drs Marilena da Silva Bittencourt e Jorge A. Siufi. (SESSÃO SECRETA).

- **APELAÇÃO 46.631-2 - DF** - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. **APELANTE:** CLISOMAR LIMA SILVA, Sd PM/DF, condenado a 01 mês de prisão, incurso no art 259, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 13.02.92. Advs Drs Alexandre Lobão Rocha e Elizabeth Diniz Martins Souto. - Preliminarmente, **A UNANIMIDADE**, o Tribunal decidiu anular o processo a partir do julgamento, declinando da competência em favor da Justiça Comum, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

- **APELAÇÃO 46.621-5 - RS** - Relator Ministro Raphael de Azevedo Branco. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** MAURO VIANNA PERES, 1º Ten Ex, condenado a 01 ano de detenção, incurso no art 206, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Especial de Justiça da 2ª Auditoria da 3ª CJM, de 08.01.92. Adv Dr Dorval Bráulio Marques. - **POR UNANIMIDADE**, foi negado provimento ao apelo.

- **APELAÇÃO 46.605-3 - DF** - Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Raphael de Azevedo Branco. **APELANTE:** RENATO DE FREITAS ALVES, 3º Sgt Aer, condenado a 02 anos de prisão, incurso, por desclassificação, no art 251, do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 27.11.91. Advs Drs Carlos Israel Silva e Elizabeth Diniz Martins Souto. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente, anulou o processo, declinando de sua competência em favor da Justiça Comum do Distrito Federal, contra os votos dos Ministros ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES (Relator), RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO (Revisor), JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA, JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO e EDUARDO PIRES GONÇALVES que a rejeitavam. O Ministro ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES (Relator) fará voto vencido.

A Sessão foi encerrada às 19:40 horas.

Processos em mesa:

Apel 46.394-1(ER/AN) 1ª Mar ppro 003/91-3 Advs Jesse de S. Marques/outra Quest Adm 250-0(AN) 2ª Ex

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 046

- **EMBARGOS Nº 46.521-2** - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Paulo Cesar Cataldo. Advª Drª Anne Elisabeth Nunes de Oliveira.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

RELAÇÃO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 29/04/92

899000675-9 RE / 116126
AUTOR : ESTADO DE SÃO PAULO
REU : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S/A - CELPA

899008642-6 AG / 131980
AUTOR : SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS
REU : VIACAO AEREA SAO PAULO SA - VASP

899009386-4 APN / 303
AUTOR : JUTAHY BORGES MAGALHAES
REU : ANTONIO CARLOS MAGALHAES

919000174-5 ADIN / 207
AUTOR : PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA
REU : PRESIDENTE DA REPUBLICA E CONGRESSO NACIONAL

919000177-0 ADIN / 200
AUTOR : PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA
REU : PRESIDENTE DA REPUBLICA
REU : CONGRESSO NACIONAL

919001467-7 RE / 134518
AUTOR : JOAO VASSOLER FILHO
REU : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A

919006489-5 RE / 141773
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : BANCO REAL DE INVESTIMENTO S/A

919006507-7 RE / 141771
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : LLOYD'S BANK PLC

919006536-0 RE / 141810
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : CONSTRUTORA MARTUR LTDA

919006547-6 RE / 141774
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : TRANSPORTADORA MOMENTUM LTDA

919006607-3 RE / 141814
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : ROCHA E STANCATI-ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA

919006617-0 RE / 141768
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : BANCREDIT INDUSTRIAL LTDA-GRUPO ITAU

919006622-7 RE / 141892
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : PRENSAS SCHULER S/A

919006624-3 RE / 141879
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : ORGANIZACAO PAULISTA DE REPRESENTACOES S/C LTDA

919006632-4 RE / 141883
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : ESSEHAGA TRANSPOTES E SERVICOS LTDA

919006633-2 RE / 141871
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : TENGE INDUSTRIAL LTDA

919006634-0 RE / 141778
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : ENSEC ENGENHARIA E SISTEMAS DE SEGURANCA S/A

919006635-9 RE / 141804
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : JAAKKO POYORY ENGENHARIA LTDA

919006648-0 RE / 141716
AUTOR : AMESP-ASSISTENCIA MEDICA DE SAO PAULO LTDA
REU : UNIAO FEDERAL

919006649-9 RE / 141878
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : S/A FABRICA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS VIGOR

919006664-2 RE / 141803
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : CIVILTERRA-ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA

919006675-8 RE / 141767
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : AGROPECUARIAS SANTA MARIA DO GUATAPORANGA S/A

919006689-8 RE / 141770
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : MERCK SHARP E DOHME FARMACEUTICA E VETERINARIA LTDA E OUTRO

919006692-8 RE / 141806
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : PRO-ESTETICA COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS LTDA

919006790-8 RE / 142006
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : METRO TAXI AEREO S/A

919006798-3 RE / 142050
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : UNITIKA DO BRASIL IND TEXTIL LTDA

919007085-2 RE / 142040
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : BRASWEY S/A INDUSTRIA E COMERCIO

919007142-5 RE / 141912
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : GERAL DO COMERCIO S/A- AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO

919007143-3 RE / 141905
AUTOR : UNIAO FEDERAL
REU : CINPA CIA INDUSTRIAL DE PECAS PARA AUTOMOTOVEIS